

Investigador diz que política portuguesa é "desconfiada" em relação aos estrangeiros

09.04.2010 - 11:52 Por Lusa

Votar

| 0 votos

11 de 25 notícias em Política

« anterior

seguinte »

A cultura política portuguesa precisa ser menos "desconfiada" em relação aos estrangeiros e ao novo, afirma o cientista social Giovanni Allegretti, que participou num estudo sobre a participação eleitoral dos imigrantes.

Os resultados de uma investigação, que serão apresentados hoje numa conferência em Lisboa, apontam para uma presença diminuta dos imigrantes entre os eleitos para as autarquias locais, apesar de a lei que o permite estar em vigor há 14 anos. Uma das conclusões é o fraco empenho dos governos, dos partidos e dos municípios em alterar a situação, quer ao nível da informação, quer da avaliação da participação política dos estrangeiros.

O projecto de investigação "Acesso Formal aos Espaços Políticos no Contexto Local: Eleitores e Eleitos nos Municípios e Freguesias Portuguesas", realizado ao longo de três anos sob coordenação de Fernando Ruivo, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, concluiu que a comunidade que mais usufruiu desse direito de voto foi a cabo-verdiana.

Segundo Giovanni Allegretti (italiano), que com mais dois investigadores estrangeiros fez a pesquisa de campo (Clemens Zobel, francês de ascendência austríaca, e Carlos Elias Barbosa, cabo-verdiano), um dos aspectos que mais surpreendeu foi o facto de Portugal nunca ter feito uma reflexão sobre uma lei já com 14 anos de vigência (Lei 50/96).

Partindo dos dados fornecidos pelo STAPE (Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral), os investigadores concluíram que não existe informação sistematizada para os eleitos das freguesias e que apenas foram eleitos quatro estrangeiros em 2001 e dois em 2005 para assembleias municipais.

Em 2001 passaram a integrar as assembleias municipais de Cascais um cidadão francês, de Aljezur um alemão, de Gouveia um brasileiro e de Lajes do Pico um belga. Em 2005 foi eleita uma holandesa e um alemão, respectivamente para as assembleias municipais de Odemira e de Aljezur. Nas eleições autárquicas de 1997 não houve a eleição de qualquer estrangeiro. Os investigadores ainda não dispõem de números de eleitos locais estrangeiros relativos ao sufrágio de 2009.

Nas freguesias, que Giovanni Allegretti, do CES, considera ser o "primeiro escalão de integração" dos estrangeiros, não existem dados sistematizados, embora admita que o número de eleitos seja mais significativo.

Confessando-se esperançado que a eleição de estrangeiros irá aumentar em futuras eleições, o investigador defende que deveriam ser adoptadas medidas que ajudassem a esse objectivo, nomeadamente haver um recenseamento automático ao registo da residência.

Também da parte das comunidades imigrantes há ainda desconhecimento desse direito e entre elas também se considera que a eleição não é ainda a via mais importante para a intervenção cívica, pois normalmente quando aparecem nas listas é em lugares não elegíveis e com a finalidade de captar votos dos seus nacionais. O investigador do CES teve como instituição parceira a SociNova - Migrações do Núcleo de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.